

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DOS PERFIS CURRICULARES DOS CURSOS DE LICENCIATURA

Carlos Augusto Batista de Sena; Renan Belém da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. carlos_augusto_sena@hotmail.com

Resumo

Os cursos de formação de professores são um dos principais responsáveis pela estruturação de um currículo adequado que atenda as demandas nos diferentes níveis de ensino, sobretudo quando se pensa em educação inclusiva. Esta pesquisa se fundamenta na análise documental a partir do site da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, onde se busca encontrar nos cursos de licenciatura, elementos que possam oferecer um respaldo teórico suficiente neste sentido. Dessa forma, pode-se observar que o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de graduação ainda estão caminhando para uma maior integração de metodologias capazes de incluir abordagens que contemplem alunos com necessidades especiais. Sabe-se que este desenvolvimento está atrelado ao crescimento da demanda social que tem exigido mudanças na elaboração de estratégias que visam alcançar o público composto por estudantes que apresentam limitações para a aprendizagem. Com o intuito de apresentar um panorama geral do que se dispõe uma instituição específica em relação às disciplinas oferecidas de cunho inclusivo, verificou-se diante da análise dos perfis curriculares de tais disciplinas que existe uma lacuna significativa em se tratando de educação inclusiva. Atentando-se para o fato de que existe uma preocupação exclusiva com o ensino de LIBRAS aos professores em formação, esquecendo-se dos demais fatores que podem causar exclusão e evasão escolar, tais como a presença de alunos cegos, com síndrome de Down ou outras patologias, além dos que são excluídos do contexto escolar por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social, assim como também os que são acometidos por condições que causam retardo mental – todos elementos que comprometem a aprendizagem. Portanto, se faz necessário que as instituições que dispõem de cursos de licenciaturas, promovam o discurso constante sobre a temática da inclusão na educação, para que se possa ter uma transformação nas formas de ensinar, e que estas sejam experimentadas ainda na graduação, fazendo com que os graduandos possam ter um olhar crítico sobre sua própria formação, e desse modo consigam suprir a falta de conhecimento apropriado para a atuação na educação inclusiva.

Palavras-chaves: educação inclusiva, perfis curriculares, professores em formação.

INTRODUÇÃO

Muitas são as transformações que nossa sociedade tem vivenciado em todos os âmbitos ao longo das últimas décadas, sobretudo no meio acadêmico, onde se tem os cursos de graduação como um dos pilares responsáveis pelo aprimoramento do sistema de ensino. E pensando-se numa educação inclusiva, a problemática à cerca das mudanças sociais no mundo contemporâneo se expande para novas pesquisas educacionais, pois sabe-se que se trata de uma questão que tem trazido discussões e reflexões nos mais relevantes encontros entre as mais destacadas autoridades de pesquisa no assunto. Com isso se faz necessário um repensar nas práticas pedagógicas voltadas para a educação inclusiva, analisando-se os aspectos históricos, psicossociais e políticos. Sendo que um olhar atento para os conteúdos que são abordados nas graduações, especificamente nos cursos de licenciatura, torna-se um fator crucial para uma melhor compreensão de como os profissionais da educação estão sendo formados para lecionar em turmas com alunos que necessitam de algum acompanhamento especial.

Desse modo, os dados coletados nesta pesquisa referem-se às disciplinas que trazem conteúdos voltados para a educação inclusiva, onde se objetiva analisar, sob um olhar crítico, a estrutura curricular dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, do campus Recife; no sentido de se encontrar respaldo suficiente que contemple a prática pedagógica dos graduandos para uma inserção no contexto educacional de metodologias inclusivas, tendo em vista que existe uma demanda crescente desse público a cada ano.

Isto reflete uma adequação do sistema de ensino no que se refere à inserção de alunos com necessidades especiais na vida social escolar; no entanto, vale investigar se as ações pedagógicas e de políticas públicas educacionais realmente abarcam esses estudantes de forma plena e satisfatória. Pois sabe-se que para isto deve haver um aparato material adequado disponível, assim como também um aprimoramento estrutural e de pessoal qualificado para lidar com tais estudantes. Isto implica num repensar da docência por parte dos professores em formação, de modo que os mesmos possam buscar qualificação como complemento para o ensino com caráter inclusivo, visto que as graduações, de forma geral, dispõem de poucas alternativas para tal.

Por outro lado, deve-se também refletir sobre a legislação em vigor em relação à educação especial, para que se possa arguir apropriadamente em relação aos requisitos

prometidos pelas autoridades responsáveis, pois sabe-se que o próprio Ministério da Educação assegura aos alunos com necessidades especiais recursos necessários para que estes possam se desenvolver a partir de uma assistência individualizada; assim como também descreve a formação necessária do professor capaz de lidar com tais estudantes de forma especializada (BRASIL, 1996).

Quando se pensa em alunos com necessidades especiais, a observação deve ser muito mais óbvia do que se imagina, indo além do que se pode pensar, pois muitas são as peculiaridades que tornam cada um especial; ou seja, existem diferentes tipos de casos que devem ser compreendidos pelos profissionais da educação, sendo fundamental que estejam preparados para o desenvolvimento de abordagens pedagógicas com caráter inclusivo, de modo que nenhum aluno deixe de ser contemplado pela aquisição de novas experiências, de novos conhecimentos.

METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado a partir de uma análise dos perfis curriculares dos cursos da graduação/licenciatura do campus Recife, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), disponíveis no site da instituição pela Pró-reitoria para assuntos acadêmicos. Dessa forma, busca-se apontar as disciplinas que tratam de conteúdos inclusivos para o desenvolvimento de uma preparação adequada no que se refere à aplicação de metodologias inclusivas por parte dos graduandos. Além da análise documental utilizou-se pesquisa bibliográfica no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos CAPES/MEC, para uma melhor fundamentação teórica da temática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que a universidade dispõe de vinte cursos de graduação voltados para a licenciatura, dentre os quais pode-se citar: Ciências Biológicas, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Português, Química e Matemática. Dentre os cursos pesquisados constatou-se que existem seis deles que não apresentam perfis curriculares disponíveis no site da universidade, sejam estes: Dança, Letras Espanhol, Letras Português, Música, Pedagogia e Teatro. Portanto dispõe-se de apenas quatorze cursos para se analisar em busca dos objetivos pretendidos.

Buscou-se a presença de disciplinas compatíveis com uma política de inclusão, que pudessem abranger a maioria dos aspectos voltados para o contexto escolar, onde se

pode encontrar alunos com variados tipos de limitações para a aprendizagem. De um modo geral pode-se constatar que todos os cursos em questão apresentam uma grande lacuna no que concerne ao ensino com aspectos inclusivos, apresentando, apenas uma disciplina que trata do assunto de maneira muito superficial. Cabendo ao graduando procurar outras alternativas de qualificação para que o mesmo possa se tornar um profissional que prossegue com as demandas sociais em constante crescimento, como é o caso da inserção de alunos com necessidades especiais no âmbito educacional.

O curso de Física é o único que não oferece nenhuma disciplina com tais características, dentre as dez que dispõe da área da educação. É difícil pensar num curso de formação de professores sem que haja disciplinas que os preparem para exercer tal papel com segurança e respaldo teórico suficiente. Isto se torna ainda mais grave quando se pensa que o aumento de alunos com algum tipo de deficiência é um fato concreto, como aponta Marques e Marcotti (2017), tendo o professor que procurar especializações, o que demanda mais tempo para sua formação adequada para este princípio, atentando para o seu desempenho diante das novas possibilidades de ensino no mundo contemporâneo.

Os cursos de Artes Visuais, Expressão Gráfica, Letras-Francês e Letras-Inglês, oferecem a disciplina Introdução à LIBRAS. A disciplina Fundamentos de LIBRAS na Educação pode ser encontrada nos perfis curriculares dos cursos de Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Matemática e Química. Tal característica de se inserir quase a mesma disciplina em todos os cursos nos remete a uma estruturação curricular com uma visão bastante limitada em relação ao ensino inclusivo. Se torna mais preocupante também pelo fato de haver apenas uma disciplina com caráter inclusivo, dentro de cursos que duram cerca de quatro a cinco anos, e com um detalhe bem peculiar: cursos de formação de professores.

Ao que parece, tudo que se deve saber, no meio educacional para formação superior, sobre inclusão, resume-se apenas ao aprendizado de LIBRAS. Tal cenário apresenta a defasagem dos cursos de licenciatura, no sentido de preparar os graduandos para uma atuação inclusiva; sentindo-se o professor obrigado a buscar uma educação continuada para suprir tal carência de respaldo teórico suficiente para contemplar os alunos com limitações no aprendizado. Deve-se ter em mente que as condições que levam os indivíduos a serem ditos alunos especiais são as mais variadas; sendo, portanto, um

ponto a se pensar com clareza quando na formação de docentes que vão lidar com este público.

Pretende-se com isso esclarecer que inclusão engloba pessoas com limitações sensoriais, como surdas, cegas, com baixa visão; além de cadeirantes, autistas e demais doenças que afetam a cognição e a capacidade motora; assim como também relaciona-se à inserção de indivíduos em vulnerabilidade social, pessoas que são excluídas pelo caráter segregacionista, outras que vivem fora dos aspectos digitais da contemporaneidade. Esta nova visão da educação especial tornou-se mais contundente nos meios acadêmicos a partir da elaboração das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, em 2001, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), quando foram introduzidos os termos “educação inclusiva” e “necessidades educacionais especiais”. As transformações sociais ocorridas exigiram uma mudança no ensino regular que pudesse gerar subsídios para suprir a demanda existente; onde percebe-se que o foco da problemática deixa de ser o aluno e passa a ser o ensino e a escola, as formas de ensinar, as condições de aprendizagem. Tendo-se na escola a obrigação de se ajustar aos alunos, independentemente das suas necessidades, no sentido de assistir às diversidades destes (SILVA; RIBEIRO, 2017).

No curso de Educação Física encontra-se uma disciplina a mais relacionada à educação inclusiva: Educação Física Adaptada. Observa-se aqui uma atuação mais abrangente dos conteúdos inclusivos, uma vez que além da preparação em LIBRAS o graduando tem outras possibilidades de se trabalhar com ênfase no corpo-sujeito, apesar de ainda se constituir num curso com pouco respaldo sobre educação inclusiva. Talvez pelo fato de ser uma graduação de Educação Física, ou seja, por tratar-se de uma formação que exige compreensões à cerca da corporeidade, o curso ofereça esta disciplina que, como seu próprio nome indica, deveria oferecer conhecimento necessário para que o professor consiga adaptar as aulas de acordo com as necessidades dos alunos. No entanto a grande lacuna persiste, como nos demais cursos, faltando mais diálogos sobre a temática inclusão. O professor de Educação Física ainda encontra outro obstáculo na execução de suas metodologias: a esportivização e o alto rendimento exigido pela sociedade de consumo, que podem ser vistos ainda na graduação, segundo Cabral et al (2016).

No curso de LIBRAS-Licenciatura, tem-se a disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva; e percebe-se que tal curso apresenta um aspecto quase que totalmente voltado para LIBRAS. Certamente um curso de LIBRAS apresenta suas bases numa grade

curricular particular; no entanto mais uma vez se faz a indagação sobre qual o público que se pretende contemplar. Deve ser pouco provável que um professor, mesmo que de LIBRAS, passe toda sua vida acadêmica sem receber alunos com outras necessidades especiais, sem que sejam apenas surdos, já que há uma inserção de alunos especiais em todos os casos observados de dificuldades do aprendizado. Dessa forma, o que se faz produtor é a capacitação que possa ajudar os alunos cegos ou de baixa visão, os cadeirantes, alunos com autismo, com síndrome de Down, os que se encontram em situações de vulnerabilidade social, os que são excluídos por preconceitos raciais e étnicos; só para citar alguns exemplos de possibilidades no contexto educacional. Deve ser por esse motivo de uma gama de possibilidades que se torna, de acordo com Corrêa (2017), um campo de atuação carregado de dúvidas e desafios para os professores de LIBRAS. Ou até mesmo por ser parte de um debate recente na história da educação brasileira, de forma que muitas reflexões precisam ser levadas à tona constantemente.

O curso de Química também é diferenciado em relação às disciplinas inclusivas, pois traz a disciplina Educação Especial, apesar de ser uma cadeira eletiva. Como nos outros cursos analisados, aqui encontra-se a mesma deficiência de disciplinas inclusivas, fazendo com que o graduando, ou professor que já se encontra atuando, passe a refletir na sua prática pedagógica, considerando os elementos necessários para a elaboração do saber com caráter inclusivo.

CONCLUSÃO

O sistema de ensino na universidade pesquisada, em relação aos cursos de licenciatura, apresentam grande lacuna no que se refere ao aprimoramento de projetos políticos pedagógicos que contemplem uma preparação dos graduandos para uma educação inclusiva. Evidencia-se o suporte mínimo disponível na graduação para um conhecimento superficial da temática inclusão, porque o que se constatou foi a existência de apenas uma ou duas disciplinas que são ofertadas em algumas das vezes como disciplina facultativa, sem o caráter obrigatório.

Além disso, os conteúdos desses componentes curriculares centram-se numa apresentação superficial da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Isto denota uma visão extremamente limitada da concepção de educação inclusiva, pois certamente o caráter inclusivo se remete não apenas aos alunos com dificuldades de aprendizagem devido a limitações que envolvem o aparelho auditivo, mas também a tantas outras patologias e

condições adversas que limitam a capacidade de aprendizagem e requerem uma atuação especializada para cada caso específico.

Dessa forma, parece correto afirmar com exatidão que as escolas devem estar preparadas apenas para alunos surdos, deixando-se de lado as outras causas de exclusão. Esta suposição é fortalecida pela estrutura curricular das universidades, sabendo-se que as mesmas não direcionam os graduandos para o exercer da profissão de forma adequada com as demandas sociais, em se tratando de educação inclusiva. Os demais sujeitos envolvidos nesta questão podem apresentar dificuldades relativas a outros aspectos sensoriais, tais como cegueira, retardo mental, capacidade motora reduzida etc. Estas possibilidades incitam uma reavaliação da formação do professor capaz de atender às variadas maneiras de atuar enquanto agente social.

Sendo assim, o professor deve ter a preparação acadêmica necessária para, por exemplo, pensar numa aula direcionada a alunos cegos; onde precisa fazer com que estes alunos façam parte da construção do conhecimento apesar da sua limitação. Aqui entra a criatividade do docente e o respaldo teórico que deveria ser transmitido na graduação. Ou poderia se pensar numa abordagem metodológica baseada na expressão corporal com a participação de alunos cadeirantes. São algumas possibilidades de ação na perspectiva inclusiva, no entanto para que possa ocorrer satisfatoriamente, o professor deve ter embasamento teórico suficiente para aplicá-las.

O papel do professor se torna cada vez mais preenchido de responsabilidades diversas, principalmente quando este lida com alunos ditos especiais. Cabe ao professor conduzir o desenvolvimento de estratégias didáticas que insiram tais alunos na formação do conhecimento. Espera-se, desse modo, que as universidades possam aprimorar o processo de ensino-aprendizagem através da experimentação, por parte de seus professores em formação, favorecendo o contato destes com a realidade das escolas, com as diferentes situações que envolvam crianças e adolescentes com necessidades especiais, inclusive as que se encontram com dificuldades de aprender não apenas por motivos de diagnóstico médico, mas também as que vivem em condições sociais adversas.

Com isso, se faz apropriado um repensar nas práticas pedagógicas aprendidas, neste sentido, por parte dos professores em formação. O que se percebe é que, ao sentirem que lhes falta algo a mais para suprir a demanda gerada por esse público em plena expansão, os professores, ainda na graduação, começam a buscar outras alternativas para

sua capacitação e qualificação; o que requer um tempo a mais para complementar as exigências do mercado, uma vez que a cada ano mais alunos com necessidades especiais são matriculados nos diferentes níveis de ensino, tanto no ensino público quanto no privado.

Portanto as instituições de ensino superior destinadas a formação de professores, precisam possibilitar novos debates à cerca da educação inclusiva, promovendo encontros e eventos para se refletir na prática docente enquanto formadora de uma sociedade democrática e emancipada. Tal iniciativa pode levar as autoridades competentes a repensarem o currículo das licenciaturas visando uma maior participação de crianças e adolescentes com necessidades especiais no contexto escolar e na transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de Dezembro, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

CABRAL, J.F.R. Formação Inicial de Professores de Educação Física com Foco na Inclusão: Uma Revisão de Literatura. Rev. Científica Fagoc Multidisciplinar – Vol.I, 2016. Disponível em: <http://revista.fagoc.br/index.php/multidisciplinar/article/viewFile/111/217>.

CORRÊA, J.R.S; SANDER, R.E; MARTINS, S.E.E.O. A percepção de universitários sobre a atuação do intérprete de libras no ensino superior. Rev. Educação Especial, v.30, nº 58, p. 529-540, maio/ago. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/23948-135829-1-PB.pdf>.

MARCOTTI, P; MARQUES, M. F. Educação Inclusiva – Formação e Prática Docente. Rev. Pós-graduação Multidisciplinar, v. 1, n. 1, p. 251-262, julho 2017. ISSN 0000-0000. Disponível em: <http://fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/484>.

SILVA, R.M; RIBEIRO, L.L. Permanência do Modelo Médico nos Discursos dos Professores da Educação Especial. Rev. Educação, Artes e Inclusão. Vol.13, nº1, jan/abr. 2017, p. 141-166. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/9378-31534-1-PB.pdf>.